

3. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BÚZIOS

3.1. Emancipação e desenvolvimento do município

Os moradores locais, aliados a influentes proprietários de terras e de casas de veraneio, insatisfeitos com o tratamento dispensado por Cabo Frio a Búzios, iniciaram, em fins da década de 1980, o processo de sua emancipação. Em dezembro de 1995, foi criado o Município de Armação dos Búzios, após mais de dez anos de reivindicação da população. Foi feito um plebiscito com resultado de 96% de votos favoráveis à emancipação. No ano seguinte, 1996, a população local elegeu, pela primeira vez, o prefeito e os seus representantes para a Câmara Municipal, dando início a um processo político-administrativo e socioeconômico inteiramente novo.

A partir da emancipação, Búzios experimentou um verdadeiro “boom” de crescimento, em geral, desordenado. Intervenções de caráter especulativo, realizadas sem a devida atenção ao patrimônio construído e paisagístico, acarretaram diversas consequências sociais, econômicas, políticas e ambientais. Este incremento “desenvolvimentista” desordenado trouxe consigo, também sem medidas de controle, a aquisição de casas de pescadores, o estabelecimento de numerosas pousadas, restaurantes e bares.

Búzios, em sua trajetória, tornou-se, sem dúvida, um lugar especial, onde a beleza privilegiada da natureza abriga a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo. Os traços de primitivismo ainda resguardados convivem, lado a lado, com intervenções extremamente sofisticadas e modernas que apontam para um nível peculiar de heterogeneidade, típica de organizações sociais complexas.

A expansão do turismo, notadamente a partir dos anos 70, estimulou a inclusão de Búzios nos principais roteiros internacionais, tornando-a ponto de encontro de inúmeras nacionalidades, religiões, idiomas e culturas.

3.1.1.

3.2. Município indutor do turismo na região da Costa do Sol

Em junho de 2007, foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010, com o objetivo de estruturar destinos com padrão de qualidade internacional. Essa ação estabelece a estruturação de roteiros nas regiões turísticas brasileiras com base nos princípios da cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional. É nesse sentido que atualmente se configuram as políticas públicas de turismo no Brasil. Essas abordam concomitantemente os aspectos econômicos, sociais e mercadológicos. O PNT 2007-2010 se propõe a identificar destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional. Significa dizer que esses destinos serão priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros do Ministério do Turismo (MTUR) e serão foco de articulação e busca de parcerias com outros ministérios e instituições. Os destinos escolhidos, entre os quais o município de Armação dos Búzios se inclui, devem receber esforços e serem trabalhados até 2010 para a obtenção do padrão de qualidade internacional, constituindo assim modelos de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional.

A crescente importância do setor turístico como fonte de geração de renda e emprego é fenômeno verificado, principalmente nas últimas décadas, constituindo-se em motivo de acirramento da concorrência entre os destinos em todo o mundo. Portanto, a avaliação da intensidade com que fatores favorecem ou inibem tal atividade é de relevância estratégica para os principais destinos indutores do desenvolvimento turístico regional do País (Mtur, pg.2).

O trecho acima, extraído do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatórios Brasil do Mtur 2008, demonstra a importância do PNT para o município de Búzios, que tem a quase totalidade das suas entradas de divisas proveniente da atividade turística. Dentro das várias macrodimensões e seus subsetores que compõem a atividade turística incluídas nesse estudo, serão mencionadas as relacionadas ao escopo desse trabalho.

Da Macrodimensão Infraestrutura: a que se relaciona à saúde pública, mais especificamente à forma como os dejetos da população local são tratados. Foi avaliada a existência de aterros sanitários e a respectiva distância das residências. Além disso, foi apurado o serviço de limpeza pública da cidade. Também foram verificadas questões relacionadas ao tratamento de resíduos

hospitalares e, por fim, aspectos ligados a campanhas educativas da população para tratamento do lixo e meios de divulgação.

Da Macrodimensão Sustentabilidade: foram mapeados os aspectos ambientais e, dentre esses, a destinação pública de resíduos, a natureza dos equipamentos locais (lixões, aterros sanitários, usinas de compostagem e incineradores). Outros aspectos que são relevantes em relação a este trabalho se referem à avaliação de coleta domiciliar e à organização da coleta seletiva de resíduos.

3.3. Histórico do Aterro da Baía Formosa

Segundo pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas para a elaboração do plano diretor de Búzios em 2004, o destino final dos resíduos sólidos coletados em Armação dos Búzios é um lixão a céu aberto, um dos maiores problemas para o município, que já foi autuado pelo Ministério Público. São aí depositados, diariamente, de 26 a 28 toneladas de lixo coletado na cidade. Na alta temporada, esse volume chega a 60 toneladas por dia, segundo a Secretaria de Serviços Públicos. Esse vazadouro a céu aberto não possui sistema de coleta de chorume, nem de drenagem de biogás, permitindo que o primeiro se infiltre pelo solo, causando a contaminação do lençol freático. Não há, também, um sistema de afastamento das águas pluviais, gerando um maior volume de chorume.

A área, vista na Figura 1, é alugada e dividida com Cabo Frio. As prefeituras das duas cidades assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta, desde dezembro de 2001 junto ao Ministério Público, uma vez que o lixão encontra-se no limite dos dois Municípios. (PMAB, 2004, pg. 10)



Figura 1 - Vista aérea do vazadouro de Baía Formosa

Para dar solução a este problema, o município de Armação dos Búzios firmou convênio com o Governo do Estado dentro do programa Pró-Lixo, destinando uma área de cerca de 100 mil metros quadrados no Bairro da Rasa, para abrigar sua Usina de Triagem e Compostagem e seu aterro sanitário.

Nesta área, foi construído um lote inicial de aterro com vida útil prevista para cinco anos. O aterro incluía sistemas de impermeabilização de fundo e drenagem de chorume, como pode ser visto na Figura 2, além de um galpão para recepção de resíduos, bem como uma esteira de triagem com capacidade mínima para 60 toneladas/dia em turno único, como pode ser visto na Figura 3. Essa capacidade poderia ser aumentada com a adoção de mais turnos ou mesmo aumentando a velocidade da esteira e/ou do número de catadores.



Figura 2 - Construção do sistema de impermeabilização

Foi instalado um moinho de material não reciclável e uma esteira transportadora desse material para sua transferência para os locais de compostagem. Construiu-se também uma guarita de controle de acesso junto à entrada do empreendimento, balança de pesagem, uma sede administrativa e um galpão de peneiramento, além dos pátios de enleiramento e do galpão de compostagem de resíduos.



Figura 3 - Galpão para triagem

Toda a localidade é servida por um sistema viário interno parcialmente pavimentado, bem como por sistema de iluminação pública. À época, foi necessário também proceder à extensão do posteamento da rede de fornecimento de energia elétrica desde a bifurcação da via que segue para o Bairro da Rasa por cerca de três quilômetros até a entrada da usina e sua distribuição interna para as unidades mencionadas.

Segundo informações fornecidas pela FEEMA e pelo Prolixo, ambos dispunham de Licença de Operação do órgão ambiental do Estado, com os números LI FE007156 (aterro) e FE0003885 (usina).

A implantação foi finalizada no final do ano de 2004, sendo a usina em setembro e o aterro, em novembro. Com a mudança na administração municipal a partir de janeiro de 2005, a área e o projeto foram desativados.

Em setembro e dezembro de 2005, as instalações foram vistoriadas por técnicos do Prolixo e do Tribunal de Contas do Estado. A visita desses técnicos gerou um Relatório de Vistoria que chamava a atenção para a não conformidade da situação encontrada e o abandono da área. Na ocasião, foi constatado que o local se encontrava abandonado e sob a ação de vandalismo e furto generalizados, incluindo vários equipamentos, quadros de comando, painéis elétricos, motores, disjuntores, cabos elétricos, lâmpadas, portas, janelas, aduelas, louças sanitárias, entre outros. O muro entre o pátio de recepção e a

esteira de catação foi parcialmente derrubado ao se utilizar o galpão como estacionamento para caminhões. A manta de impermeabilização do aterro se encontrava perfurada em diversos pontos pelo pisoteio e pastagem indevido de animais. Boa parte do material acumulado (mais de 8.000 m³ de terra) obtido nas obras de terraplenagem do aterro e da usina e extremamente necessário para utilização na cobertura diária do lixo havia sido retirado e levado para outros fins que não aquele previsto no projeto e no próprio licenciamento ambiental do empreendimento.

Transcorridos quatro anos dessa última vistoria, a atual gestão municipal efetuou em janeiro de 2009 nova vistoria técnica, em que ficou constatado que a situação havia se deteriorado ainda mais, como pode ser visto na Figura 4.



Figura 4 - Situação encontrada em 2009

A cerca do entorno foi rompida em alguns trechos e o portão de acesso se encontra em tal estado que não impede a entrada de qualquer veículo ao local. Os resíduos foram dispostos ao longo desses últimos três anos na célula do aterro, hoje com uma altura de 3,5m. A área não estava protegida pela cobertura final de terra, ficando os resíduos expostos às intempéries, ação de catadores e pasteio de animais, conforme visto na Figura 5.



Figura 5 - Animais pastando sobre a célula

Havia uma enorme quantidade de resíduos espalhados pelo terreno ao redor da célula. As demais instalações se encontravam idênticas em estado às descritas na vistoria de dezembro de 2005. Foram efetuadas mais duas vistorias em abril e agosto de 2009. Atualmente, o local é usado pela municipalidade para descarte de material de poda de árvores e de jardinagem em geral, como pode ser percebido na Figura 6, o que incentiva o atear de fogo (Figura 7), pelos catadores para a diminuição de volume e para a separação de madeiras para venda e/ou fabricação de carvão vegetal.



Figura 6 - Descarregamento de material de poda

Pelo número de catadores encontrados no local, que vivem da coleta e venda de material reciclável, deduz-se que as descargas de resíduos das mais variadas procedência e composição continuam acontecendo na área. Algumas descargas clandestinas de caçambas contendo entulho de obras foram notadas.



Figura 7 - Material sendo queimado

O chorume coletado através do sistema impermeabilizante de fundo não é reciclado nem tratado, correndo a céu aberto pelo terreno, como pode ser visto na Figura 8.



Figura 8 - Chorume correndo diretamente no solo

Um fato importante é a proximidade da área com o vazadouro de Baía Formosa, este sob gestão do município de Cabo Frio, e dos catadores que ali se encontram e vivem, conforme a Figura 9, o que aumenta a exposição da infraestrutura descrita acima à ação destes, incentivada pela falta de segurança e vigilância no local.



Figura 9 - Catadores e suas moradias

Nos períodos de alta temporada, a situação tende a piorar em função do enorme aporte de resíduos, fora dos padrões médios, sobrecarregando toda a infraestrutura disponível.

3.4. Manejo e Disposição Atual dos Resíduos de Búzios

Em novembro de 2007, entrou em operação, inaugurado pela empresa Dois Arcos Gestão de Resíduos no município de São Pedro D'Aldeia, um aterro sanitário com capacidade para tratar 1.000 toneladas de lixo por dia. Búzios envia hoje seus Resíduos Sólidos Urbanos para este aterro, que dista aproximadamente cinco a seis quilômetros do seu antigo aterro sanitário. Este aterro foi projetado para atender todos os municípios do entorno e tem vida útil prevista de 20 anos, funcionando em um terreno de 700 mil metros quadrados.

Não existe no Município de Búzios nenhuma política pública de coleta seletiva ou de manejo integrado de resíduos sólidos. Há, no entanto, iniciativas locais de reciclagem através de organizações não governamentais (ONGs) e associação de catadores, incluindo coleta seletiva em algumas pousadas e em escolas da rede municipal — essa última voltada para a reciclagem de embalagens de produtos tipo longa vida. A usina na área do antigo aterro permanece desativada, deteriorando-se crescentemente com o passar do tempo.

3.5. Coleta Seletiva em Búzios

Existem em Búzios duas iniciativas particulares relativas à comercialização dos resíduos recicláveis. Um desses empreendedores, que está há 11 anos em Búzios, é o Beto das Latinhas. O outro é o Sr. Ivan Ferreira Vasconcelos, o Ivan da Reciclagem.

Desde 2005 estabelecido no município, o Sr. Ivan Ferreira Vasconcelos participa juntamente com o Instituto EcoBúzios de ações conjuntas visando à reciclagem. O foco maior desse projeto está na rede de pousadas e hotéis, assim como alguns grandes geradores de resíduos, como restaurantes e supermercados da cidade. O Sr. Ivan Ferreira também montou a primeira associação de catadores de Búzios. Para incentivar e aumentar o volume de resíduos coletados, construiu e doou carrinhos, como pode ser visto na Figura 10, para que os catadores participantes coletassem os materiais com mais eficiência.



Figura 10 - Carrinhos de mão para a coleta

Os catadores trazem os materiais para o depósito do Sr. Ivan, que pesa e compra todos os tipos de materiais. As oito pousadas associadas ao projeto armazenam os materiais recicláveis e, uma vez por semana, estes são recolhidos pelo Sr. Ivan Ferreira.

Está também em curso a Agenda 21 em algumas escolas do município, onde uma das ações escolhidas é a educação ambiental através do projeto interno de coleta e separação dos materiais recicláveis. Ivan participa desse projeto e é responsável pelo recolhimento dentro das escolas participantes.

3.6. Aumento na Quantidade de Lixo e a Relação com o Turismo

Num olhar mais superficial e imediatista, pode-se tender a classificar o setor hoteleiro como de baixo impacto ambiental, não exercendo a princípio influência significativa sobre os problemas ambientais da atualidade. Essa falsa percepção deve-se ao fato de que essa atividade é composta em sua grande maioria por micro e pequenas empresas, segundo dados do MTur.

Comparativamente com outros setores econômicos, como agricultura e indústrias de base, os estabelecimentos hoteleiros de pequeno porte consomem pouco os recursos naturais como água, luz, e alimentos.

Entretanto, ao se utilizarem desses recursos, contribuem para a redução dos mesmos no meio ambiente. Da mesma forma, colaboram para ampliar os impactos negativos decorrentes do aumento do lixo gerado nos destinos (descarte de insumos, das embalagens dos produtos químicos de uso diário, do lixo proveniente dos restos de consumo alimentar) e dos efluentes.